



CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ

Avenida Papa João XXIII, 239 - CEP 87010-260 - Maringá - PR - <http://www.cmm.pr.gov.br>

ATA

Aos vinte e sete dias do mês de abril de 2023, às 18 horas, no Plenário Vereador Ulisses Bruder, nesta Casa de Leis, a **COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE SEGURANÇA PÚBLICA** da Câmara Municipal de Maringá, composta pelos vereadores **DELEGADO LUIZ ALVES** (Presidente), **CRISTIAN MAIA MANINHO** (Vice-Presidente) e **BELINO BRAVIN FILHO** (Membro), realizou uma Reunião Pública com a finalidade de debater o tema "SEGURANÇA PÚBLICA: DEVER DO ESTADO, MAS RESPONSABILIDADE DE TODOS". A fim de dar início aos trabalhos, o Coordenador da Seção de Comissões Permanentes e Temporárias, Adriano Prado Marquoto, informou aos presentes que o evento poderia ser acompanhado de forma remota (ao vivo ou gravado pela página da Câmara Municipal no Facebook e pelo canal da TV Câmara de Maringá no Youtube), permitindo que os interessados encaminhassem questionamentos aos vereadores e às autoridades presentes na ocasião. A mesa foi composta pelos vereadores Delegado Luiz Alves (Presidente da Comissão Extraordinária de Segurança Pública), Cristian Maia Maninho (Vice-Presidente), Belino Bravin Filho (Membro) e Mário Hossokawa (Presidente desta Casa de Leis). Além deles, sentaram-se à mesa dos trabalhos os senhores Adriano José, Deputado Estadual; Domingos Trevizan Filho, Chefe de Gabinete do Prefeito Municipal, representando-o; e Major Mildenberg, Comandante do 4º Batalhão da Polícia Militar. Estavam presentes também os vereadores Adriano Bacurau e Paulo Biazon, bem como os senhores Nayara Caruzzo, Secretária Municipal de Educação; Priscila Tencati, Presidente do Conselho Municipal de Educação; Fernando Alves e Coronel Rodrigues, Presidente, e Vice-Presidente do Conselho de Segurança - CONSEG, respectivamente; José Carlos Barbieri, Presidente da Associação Comercial e Empresarial de Maringá - ACIM; Izabel Lopes, Chefe do Núcleo Regional de Educação; Rosana Alves, Presidente do SINFANTIL/NOPR - Sindicato das Escolas Particulares de Educação Infantil do Noroeste do Estado do Paraná; Raul Lopes, Superintendente da Secretaria Municipal de Segurança; Henrique, Coordenador Operacional da Guarda Municipal; Tenente Edson Luís, Coordenador da Defesa Civil; Michael Bristolin, vereador de Paiçandu; Priscila Guedes, Presidente do Sismmar - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Maringá; Fúlvio Luís, Conselheiro da OAB-Maringá; e Luciana Mendes, Representante do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Noroeste do Estado do Paraná - Sinepe/NOPR. O Coordenador da Seção de Comissões Permanentes e Temporárias informou ao público que, de forma a valorizar as demandas da comunidade, esta teria direito à fala antes das demais autoridades, e, sendo assim, pediu que os interessados se inscrevessem para fazer o uso da palavra por meio dos servidores da Câmara Municipal. Com a palavra, o Presidente Delegado Luiz Alves explicou que a presente reunião fora convocada para discutir a Segurança Pública de forma ampla, e que, por isso, haviam sido convidadas autoridades dos mais diversos segmentos. Este era o momento, segundo ele, de que todos expusessem sugestões e críticas, sendo este um direito da população. Dessa forma, poderia ser possível encontrar caminhos viáveis para a resolução do problema em questão. Portanto, somente após ouvir a comunidade, é que as autoridades manifestar-se-iam acerca das preocupações trazidas pelo público participante da reunião. O vereador também destacou que a Comissão Extraordinária de Segurança Pública já vinha trabalhando, tomando providências, realizando cobranças e elaborando proposições para a resolução do tema. Com a palavra, Mário Hossokawa, Presidente desta Casa, saudou a Comissão, os demais vereadores presentes, o senhor Adriano José na condição de Presidente da Comissão de Segurança da Assembleia do Estado do Paraná, o Major Mildenberg, o senhor Domingos Trevizan e a senhora Nayara Caruzzo, estendendo aos demais seus cumprimentos. Ele comentou que a Câmara Municipal tem participado de diversas reuniões com o tema "segurança pública", cujas pautas são o aumento da criminalidade, o aumento do número de moradores de rua e as tragédias nas escolas. Relatou que vereadores desta Casa foram à Curitiba, incluindo ele, a fim de se reunirem com o Secretário Estadual de Segurança Pública, o Comandante Geral da Polícia Militar, o representante do Delegado Geral da Polícia Civil e os deputados Adriano José, Paulo Rogério do Carmo e José Aparecido Jacovós. Mário Hossokawa

destacou que o legislativo maringense ficou satisfeito com o trabalho dos deputados estaduais ligados à área de segurança pública, visto que estão trabalhando de forma unida, o que fortalece as demandas do Município junto ao Governo Estadual. Em um curto período, os citados deputados providenciaram agenda com as autoridades de segurança, as quais garantiram que a meta do Governador do Estado é incrementar a Polícia Militar em quinhentos profissionais anualmente, dando prioridade à Maringá. Segundo o vereador, o Comandante reconheceu que Maringá vem sendo sacrificada com relação ao número de efetivo da Polícia Militar e da Polícia Civil. O Presidente desta Casa comentou que está sendo elaborado, na Assembleia Legislativa, um projeto de lei que permite que policiais militares de folga possam trabalhar por meio de convênio com os municípios, no qual a remuneração será realizada pelas prefeituras. Para isso, é necessário que haja também lei municipal específica autorizando a adesão a este programa. Por fim, ele parabenizou a Comissão e os deputados estaduais pela colaboração, bem como agradeceu a presença das autoridades, preocupadas com o destino de Maringá. Com a palavra, o Major Mildemberg agradeceu o vereador Luiz Alves e o Presidente desta Casa pelo convite, colocando-se à disposição para esclarecimentos necessários, destacando também a presença do Major Nogueira, Subcomandante do Batalhão. Cristian Maia Maninho agradeceu aos pais, comerciantes e autoridades pela presença. Lembrou também da atenção recebida pelos deputados estaduais quando da reunião em Curitiba para tratar do tema: Adriano José, Paulo Rogério do Carmo, José Aparecido Jacovós, Maria Vicória e Evandro Araujo. O deputado Estadual Adriano José externou sua satisfação em estar presente nessa reunião e se colocou à disposição para participar do debate. Aberta a palavra ao público, a senhora Silvana Pimentel foi a primeira a falar, apresentando-se como cidadã, mãe de aluno do Instituto de Educação Estadual de Maringá e membro da Associação de Pais, Mestres e Funcionários - APMF do mesmo colégio. Disse que, como mãe, está preocupada com a segurança de seu filho no colégio, por este ser estadual. Como as escolas municipais estão tendo sua segurança reforçada, ela indagou se o mesmo seria feito na rede estadual. Destacou, ainda, a grande quantidade de alunos no Instituto Estadual de Educação, que são dois mil por período, em média, relatando a dificuldade em se manter a harmonia entre os alunos e entre estes e os professores. Solicitou, assim, posicionamento do Núcleo Regional de Educação, ainda que nem todos os pais estivessem preocupados com o tema. Ela citou a existência de alunos infratores nas escolas, bem como alunos que não respeitam os professores e colegas, além de pais negligentes que não comparecem à instituição de ensino quando são requisitados. A cidadã também criticou o Estatuto da Criança e do Adolescente e sua aplicação, e o modo brando como os menores são punidos. Ela disse que, se houvesse maior rigidez nas penalidades, os pais poderiam ficar mais tranquilos. Lembrou, por fim, que professores que apresentam atestados médicos sofrem prejuízos em sua classificação para receber as aulas nos anos posteriores. A senhora Dani Ellen, apresentou-se como professora do Estado do Paraná e mãe de três filhos, e disse defender a escola pública. Informou que era professora há 17 (dezessete) anos, efetivada há 8 (oito) no Instituto de Educação Estadual. Declarou que escola não vem sendo um lugar de paz, fato que passou a se concretizar após a pandemia, visto que muitos pais não exerceram seus papéis na educação de seus filhos durante o período de isolamento social. A professora relatou sentir medo quando precisa ficar de costas para a turma, ao escrever no quadro. Tal receio, segundo ela, pode ser visto em professores doentes mentalmente e afastados. No entanto, não é viável apresentar atestado médico, e, sendo assim, a saúde mental dos profissionais de educação vai sendo destruída dia após dia, em seu ponto de vista. Segundo ela, o Estatuto da Criança e do Adolescente protege os infratores, relatando que alunos do 6º ano já foram para a escola armados com arma branca. A professora disse que o Núcleo Regional de Educação não permite expulsão, já que todos têm o direito de estudar. Porém, ela lembrou que os professores também têm direito à segurança. Citou um fato ocorrido no dia anterior, em que um aluno, acreditando que um colega iria agredi-lo, arremessou uma cadeira neste, em uma sala com 41 (quarenta e um) adolescentes. Mesmo com a gravidade desta atitude, ela disse que o agressor seria suspenso por 2 (dois) dias apenas. Com a palavra, a senhora Mirele disse estar representando os comerciantes da Rua Santos Dumont, Avenida Brasil e Rua Silva Jardim, que estão sofrendo uma onda de assaltos. Em menos de 1 (um) mês, houve vários arrombamentos nos estabelecimentos, tendo sido um deles arrombado duas vezes em menos de 24 (vinte e quatro) horas. Os comerciantes têm medo de sair do trabalho e haver invasão nestes locais, segundo ela. Também relatou que as câmeras de segurança não intimidam os criminosos, mesmo que a comunidade local tenha criado um grupo para compartilhar estas imagens. Sendo assim, ela indagou se era possível aumentar a ronda nas ruas citadas, conferindo tranquilidade aos comerciantes para que estes pudessem exercer seu trabalho; bem como aumentar o efetivo da Guarda Municipal, para dar suporte à Polícia Militar. Destacou que é injusto que os comerciantes não tenham segurança para trabalhar, enquanto os criminosos circulam tranquilamente pela cidade. Com a palavra, Gustavo, assessor da

vereadora Ana Lúcia, a qual é a atual Presidente da Comissão Extraordinária de Direitos Humanos, Cidadania e Minorias, colocou o gabinete à disposição, destacando que são sensíveis à causa da segurança pública na perspectiva da proteção dos direitos dos cidadãos maringenses. Assim, declarou estarem atentos para ouvir os anseios da comunidade para buscar segurança para a população. Marcelo Bressan, em sua fala, informou que fazer parte da Associação dos Síndicos de Maringá - Assimmar, a qual conta com 1800 (mil e oitocentos) condomínios, sendo 40% (quarenta por cento) da população do Município. Destacou sua satisfação, enquanto liderança comunitária, ao ver o engajamento dos vereadores e agradeceu pela atenção que o Legislativo Municipal vem dando às demandas da comunidade. Comentou que, ainda que o Plenário não estivesse cheio na ocasião, os presentes representavam muitas pessoas. Ele se colocou à disposição, já que os condomínios possuem câmeras e podem indicar os pontos de maior criminalidade. Ele relatou que tem trabalhado em conjunto com a Câmara Municipal e, há muito tempo, vem desejando esse entrosamento entre a Segurança Municipal e a Assembleia Legislativa. Disse, ainda, fazer parte do Conselho de Segurança, e que, neste âmbito, foram destacados pontos específicos de patrulhamento a pedido da ACIM. Com a palavra, a Comissão dos Aprovados no cargo de Delegado de Polícia Civil do Paraná, representada pelos senhores Mayara, Kimberly e Leonardo, destacou sua satisfação em poder escutar os anseios da população, e também clamou por reforços na estrutura da Polícia Civil do Paraná. Por mais que a população precise de medidas ostensivas da Polícia Militar, é importante a fase de investigação, segundo a comissão de aprovados. Destacaram os 40% (quarenta por cento) de defasagem de Delegados de Polícia Civil. Informaram que, dos 399 (trezentos e noventa e nove) municípios paranaenses, menos de 160 (cento e sessenta) têm delegacias com Delegados em sua estrutura. Esclareceram ainda que, mesmo após a nomeação de 142 (cento e quarenta e dois) delegados, somente 3 (três) foram direcionados para Maringá. Além disso, frisaram que há 310 (trezentos e dez) cargos vagos de Delegado e 220 (duzentos e vinte) aprovados e aptos para assumirem as atividades e auxiliarem no combate ao crime. Sugeriram, assim, que esta Casa de Leis protocolasse um pedido para nomear mais Delegados para Maringá, lembrando que, depois do crime, a sociedade precisa de amparo e ter seus bens ressarcidos. Finalizaram a fala, frisando que o Paraná é o 3º (terceiro) estado que menos investe em segurança pública. Com a palavra, Gabriel, morador do bairro Sol Nascente, opinou acerca da importância das reuniões públicas, não só sobre segurança pública, mas sobre saúde e educação. Informou que, em sua rua, quatro casas já foram invadidas, incluindo a dele por duas vezes. Sendo assim, indagou qual era o plano de ação para os bairros. Também comentou que, se segurança e educação não estiverem juntas, não haverá sucesso; além da necessidade da reabilitação dos usuários de drogas. Finalizou dizendo que deseja andar por sua rua tranquilamente. Erika Maeda, representante dos pais no Conselho Municipal de Educação, disse estar profundamente preocupada, frisando que os pais precisam ter a segurança de que os filhos deixados na escola irão ficar bem para terem acesso à educação. Assim, é necessário dar continuidade às discussões, não somente no calor do momento, com a aplicação de medidas de forma contínua, como vigias, câmeras e treinamento dos professores, dos diretores e dos demais servidores das escolas. Ainda, segundo ela, é importante que a família se comprometa com esse assunto. Com a palavra, a cidadã Rosária lembrou que, além da importância das Polícias Civil e Militar, é importante destacar a educação. Segundo ela, a creche Beltrame permanece há 15 (quinze) dias com os portões abertos. A cidadã relatou que há 18 (dezoito) protocolos abertos acerca do tema, e que, além disso, os muros do local são baixos. Nas redondezas, um mercado já fora assaltado, relatou. Assim, destacou a necessidade de união dos vereadores e das lideranças comunitárias. Disse também ter percebido um aumento na população de moradores de rua e de usuários de drogas na cidade, o que faz com que a população não saia de casa em segurança. Concluiu, pedindo apoio da Guarda Municipal e dos vereadores para os moradores das periferias da cidade. Mateus, representante do SISMMAR, disse que, em momento específico, gostaria que fossem discutidas as unidades de ensino. No entanto, neste momento, o Sindicato reafirmou compromisso com um grupo de 36 (trinta e seis) Guardas Municipais que foram reprovados no primeiro curso de formação e que se encontram em categoria diferente, sendo subaproveitados no Município. Segundo o SISMMAR, estes são servidores, estáveis, e precisam do curso de formação para atuar de forma plena. Michel, vereador em Paçandu, disse que a segurança pública também é um problema em seu município e que foi criada uma comissão para discutir o tema. Não há Guarda Municipal no Município e, portanto, dependem do Estado, do qual estão cobrando o reforço no patrulhamento das escolas. Como representante do povo, ele diz que falta investir mais em policiamento no Paraná como um todo. Também citou a necessidade do 4º Batalhão em Paçandu, solicitando especial atenção da Polícia Militar. Daiane, apresentando-se como comerciante, advogada, cidadã e mãe, disse notar que as professoras têm medo. Assim, em sua opinião, em vez de repressão, deve-se pensar em como prevenir esse comportamento. Isto

porque, se o aluno ainda está na escola, ele ainda tem solução e é necessário que existam pessoas que acreditem nisso. José Carlos Barbieri, Presidente da Associação Comercial e Empresarial de Maringá - ACIM, disse que a segurança pública é dever do poder público, envolvendo também a educação, geração de empregos, alteração na legislação e aumento no efetivo policial. Informou que, há anos, o Conseg e a ACIM reivindicam mais efetivo e promovem reuniões com forças de segurança do município. Em julho do ano passado, segundo ele, a ACIM foi até o Governador solicitar a implantação do Batalhão de Polícia Militar de Sarandi. Também reivindicaram a criação da companhia em Paçandu e fizeram força tarefa para coibir o comércio ilegal e informal, com participação das Polícias Militar e Civil, Receita Federal, Procon, Vigilância Sanitária e Guarda Municipal. Sobre a campanha “dar dinheiro não dá futuro”, em abril, foram realizadas muitas reuniões com a Polícia Militar e várias entidades, já que o dinheiro entregue diretamente a moradores de rua ajuda a fomentar o tráfico de drogas e os pequenos crimes. Assim, segundo o Presidente, a segurança pública era dever do Estado, mas o cidadão poderia colaborar, não ajudando na circulação do dinheiro. Izabel Lopes, Chefe do Núcleo Regional de Educação, sobre a segurança nas escolas, disse que era professora há 36 (trinta e seis) anos e que também fora diretora. Destacou que, quando se coloca muita responsabilidade em órgãos externos, perde-se dentro da escola. Assim, a escola precisa acolher todos, lembrando que o Núcleo respalda inclusive alunos indisciplinados, pois estes têm direito à educação. Assim, não adianta tirar o aluno de uma escola e colocar em outra; e sim é necessário que todos se envolvam para a recuperação do aluno, incluindo a área de saúde. Sobre o Instituto de Educação Estadual de Maringá, este tem 2 (dois) mil alunos nos 3 (três) períodos, quadro de pedagogas de 13 (treze) pessoas e apoio emocional através do Programa Bem-Estar para servidores. Segundo ela, a situação na instituição já estava complicada quando foi feito contato com a justiça restaurativa, que vem desempenhando um papel importante nas escolas. A Chefe destacou que o Núcleo está presente em todos os momentos, e que o Instituto tem o maior número de atendimentos da Patrulha Escolar. Ainda, disse que a escola precisa se organizar e pensar em como vai ajudar os alunos a mudarem, já que a educação pública é direito de todos, sem discriminação. A senhora Izabel Lopes lembrou que há muitas formas de recuperar o aluno ou procurar a justiça, mas que nunca será favorável à expulsão de alunos, já que, enquanto ser humano, acredita no poder da escola. Informou que o Governo Estadual anunciou dez medidas favoráveis a essa garantia de bem-estar nas escolas, e que, entre estas, está a contratação de psicólogos. Segundo ela, há um problema social que vai se resolver com serviços de saúde e uma colaboração entre a Assistência Social, a Psicologia, a Psiquiatria e a Justiça Restaurativa. Como a escola é onde se promove o bem-estar do ser humano, a Chefe do Núcleo disse que não se pode tirar os alunos da escola. Continuou, informando que o Governo Estadual não mediu esforços e tem investido em segurança, apoio emocional e psicólogos, e que o Núcleo tem feito uso de todos os recursos possíveis para recuperar os alunos e proporcionar aprendizagem efetiva em sala. Com a palavra, o vereador Luiz Alves disse que, durante a reunião, seriam apresentadas algumas sugestões e apontamentos acerca das diversas falas, já que as autoridades já estão trabalhando em algumas frentes de ação. Fúlvio Luís, Conselheiro da OAB-Maringá, em sua fala, destacou que, em qualquer sociedade, haverá algum comportamento que, na opinião da maioria, perturba os demais e não será tolerado. Assim, é importante saber qual é o fato gerador deste comportamento, pois de nada adianta combatê-lo sem dar fim à sua causa. Ressaltou a importância da escola na formação dos indivíduos, citando que Jean Jacques Rousseau ensinou que o ser humano não é mau por natureza, e sim transformado pelo entorno. Fúlvio Luís concordou que é necessário que se reforcem as estruturas de segurança pública, mas que não se deve esquecer da educação como formadora de indivíduos para as próximas gerações. Caso a educação fosse priorizada, não seria necessário debater a segurança pública do ponto de vista segregacionista e punitivista, lembrando que a segurança deve ser feita somente por autoridades legalmente constituídas para esse fim. Pediu, assim, que os representantes do governo reforçassem as estruturas das escolas. Em seguida, apresentou um estudo realizado na Finlândia, onde o punitivismo tem sido regressivo. Lá, propuseram medidas de redução de pena como forma de ressocialização do indivíduo. De acordo com o Conselheiro da OAB-Maringá, seria interessante que a escola fosse aberta aos finais de semana, com a apresentação de bandas, corais, orquestras; que houvesse incentivo fiscal para empresas que aceitassem egressos penitenciários; que o professor fosse valorizado; que fossem criados centros esportivos buscando desenvolver talentos locais; que fossem realizadas olimpíadas culturais etc. O senhor Fúlvio Luís declarou se sentir triste ao ver professores com medo e desiludidos da formação humana clamando por punição. Segundo ele, escola é lugar de desenvolvimento intelectual, e não de preocupação. Por fim, sugeriu a criação de um grupo de estudos criminológicos multidisciplinar. Fernando Alves, Presidente do Conselho de Segurança - CONSEG, com a palavra, afirmou que a segurança pública em Maringá tem sido negligenciada pelo

Estado nas últimas décadas com a falta de efetivo e de investimento na Polícia Civil e Polícia Militar. A consequência, segundo ele, é a sensação de insegurança. No entanto, o Presidente lembrou que o Município ainda é considerado seguro pelo esforço das forças de segurança. Destacou também que vê com satisfação o trabalho dos vereadores e dos deputados estaduais, já que Maringá precisa de representatividade para que as melhorias ocorram e que sua voz seja ouvida em Curitiba. Concordou, ainda, com o Presidente desta Casa de Leis, quando ele disse que a cidade tem sido sacrificada. O senhor Fernando Alves informou que o CONSEG está completando 40 (quarenta) anos, e que empresários e entidades fazem muitos investimentos, a exemplo do bazar da Receita Federal, que contou com voluntários com o objetivo de reformar o prédio de sede policial. Outro investimento do CONSEG foi a compra de materiais e equipamentos para as Polícias, assumindo assim, uma responsabilidade do Estado. O CONSEG, segundo ele, conta com o trabalho do Major Mildenberg, do Coronel Pascoal, da Polícia e da Prefeitura Municipal, a qual vem trabalhando com os moradores em situação de rua com prioridade. Fernando Alves ressaltou que, no momento, a melhoria da segurança está nas mãos dos vereadores, deputados estaduais e Executivo Municipal, os quais têm o dever de reivindicar melhorias. Por fim, colocou o CONSEG à disposição. Nayara Caruzzo, Secretária Municipal de Educação, destacou a importância deste debate na atual conjuntura. Esclareceu que medidas de segurança foram tomadas na Educação Municipal de forma célere, pois estas já estavam sendo planejadas pela gestão anteriormente aos ataques. O botão do pânico, por exemplo, foi instalado em 2019, segundo ela. Em sua opinião, a solução efetiva é a educação social, mas esta ocorre a longo prazo. A Secretária informou que a Prefeitura Municipal tem ações voltadas à educação social, esporte, lazer e cultura de forma centralizada. Esclareceu que já foram realizados mais de dois mil atendimentos em projetos esportivos no mês e 700.000 (setecentos mil) atendimentos em ações culturais. A Secretaria de Assistência Social, conforme ela relatou, é muito atuante e deu origem na Secretaria da Criança e do Adolescente. Medidas efetivas de saúde mental incluem a contratação de psicólogos, a diminuição de telas e de redes sociais, e acompanhamentos das ações dos filhos pelos pais, segundo a senhora Nayara Caruzzo. Ela destacou que esta reunião era uma oportunidade de falar sobre este assunto. A Secretária lembrou que, na manhã daquela data, nesta Casa, prestara esclarecimentos sobre as medidas de segurança nas escolas: vídeo-porteiro, segurança privada, botão do pânico, patrulhamento e protocolos de segurança. Sobre o CMEI José Beltran, informou à cidadã que estavam sendo encaminhadas soluções com a Diretora. Raul Lopes, Superintendente da Secretaria Municipal de Segurança, informou que já trabalhara na Secretaria Municipal de Educação, e que, além do botão do pânico, há a linha direta “telefone vermelho” que liga os servidores à Guarda Municipal, fazendo parte do centro de controle integrado com as demais forças de segurança. Ele destacou que a Secretaria Municipal de Segurança vem intensificando projetos junto aos estudantes, como atividades com cães nas unidades escolares para aproximar os alunos. Em relação à segurança dos comerciantes do Novo Centro, o Superintendente informou que o patrulhamento já fora intensificado. Sobre a campanha de não dar dinheiro aos moradores de rua, ele concordou que os locais onde os moradores conseguem arrecadar mais dinheiro é o local onde vão se concentrar, acarretando mais delitos e infrações à lei. Sobre os trinta e seis guardas municipais, supostamente subutilizados, citados pelo representante da SISMMAR, o senhor Raul Lopes lembrou que eles têm a possibilidade de refazer o curso de formação, destacando que estes já trabalham na área interna de monitoramento e administração da Guarda. Portanto, não estão sendo subutilizados. O deputado estadual Adriano José, com a palavra, disse que o tema desta reunião pública era de interesse de todos, lembrando que a Constituição Federal dispõe que a segurança pública é dever do Estado. Aproveitou para cumprimentar a população que deixou seus afazeres para estar participando do evento, os professores, empresários, pais e a sociedade civil organizada. Parabenizou a Câmara Municipal de Maringá pela iniciativa e comentou que o Plenário deveria estar cheio em um dia de debate acerca de um tema tão importante. O deputado estadual destacou que os professores na sala de aula fazem além das atribuições pelas quais são pagos, e o mesmo ocorre com os policiais. Destacou que os profissionais das forças de segurança, ao iniciarem o dia de trabalho, estão dispostos a dar o melhor de si, assim como os professores. Na condição de deputado estadual, ele disse estar ouvindo as angústias dos professores e da segurança pública, além de afirmar que levaria tais reivindicações adiante. Lembrou que a grande dificuldade das forças de segurança é a falta de efetivo, e que tudo o que acontece em nossa sociedade sobrecarrega a polícia. Em sua opinião, a segurança nas escolas nunca será resolvida somente na perspectiva da polícia. Esse problema, segundo o deputado, é social. Adriano José destacou que a educação das crianças não é responsabilidade somente dos professores. Voltando a falar sobre a falta de efetivo, o deputado informou que tem debatido o tema com o Governador do Estado, o Secretário Estadual de Segurança Pública, o Comandante Geral da Polícia Militar e com o Delegado Geral da Polícia Civil.

Informou que está havendo formação de policiais, e que logo haverá novos profissionais na cidade, já que o Governo do Estado definiu que todos os anos ocorrerá a contratação de quinhentos policiais militares. Na prática, isso é pouco, segundo o deputado, mas já é o início para que a falta de efetivo seja suprida. Outra dificuldade apontada por Adriano José é a desvalorização dos profissionais da segurança, tanto que, quando estes atingem o tempo mínimo de serviço para a aposentadoria, pela falta de perspectiva na carreira, se aposentam. Assim, ele destacou que está havendo investimentos em estrutura, na troca de armamento, no preparo dos policiais com armas mais modernas etc. Em Sarandi, Adriano José informou estarem trabalhando para a instalação do Batalhão Metropolitano; e nas escolas, é necessário fortalecer a patrulha escolar. Ainda que a Guarda Municipal de Maringá esteja dando apoio para as escolas municipais, ele informou ser entusiasta dos colégios cívico-militares e apoiar a presença de policiais fardados e armados dentro deste tipo de instituição de ensino. O deputado destacou que, no ano passado, foi aprovada uma lei para que os policiais funcionários destes colégios não utilizassem farda e armamento, ao qual foi contrário. Falando dos atentados a escolas, ele citou algumas sugestões da população e de muitos especialistas de segurança pública, como detector de metais, porta giratória, vigilantes armados etc. No entanto, frisou que o tema é bastante polêmico e que se colocava à disposição da comunidade, para que, juntos, pudessem apresentar alternativas e soluções ao tema. Por fim, relatou que, na última terça-feira, houve audiência pública na Assembleia Legislativa com a Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão de Educação sobre a segurança nas escolas, com a participação do Secretário Estadual de Segurança Pública, Secretário de Educação, Ministério Público e Poder Judiciário. Assim, informou aos presentes que, no dia cinco de maio, das nove horas ao meio dia, haveria uma audiência pública na Expoingá, para tratar de segurança pública no geral e nas escolas. Terminou sua fala, parabenizando a Comissão Extraordinária de Segurança Pública da Câmara Municipal de Maringá e a comunidade presente no Plenário. Com a palavra, o Vice-Presidente Cristian Maia Maninho destacou que a falta de efetivo policial é o maior problema, já que não adianta haver viatura e combustível se não há profissionais. Ele lembrou que, ainda que haja a contratação de quinhentos policiais militares por ano no Paraná, não serão todos eles destinados a Maringá, ainda que seja um bom começo. Comentou sobre as sugestões da população acerca da implantação de detectores de metais e revista de alunos, dentre outras. Em resposta aos comerciantes da área central da cidade, que reclamaram da segurança, ele disse que nos bairros o problema também é preocupante, exemplificando seu local de moradia, o Jardim Liberdade. Por fim, agradeceu a presença do vereador de Paiçandu, Michael Bristolin. O vereador Paulo Biazon, com a palavra, comentou que veio da Polícia Militar e sabe como os policiais honram sua farda e, ainda assim, recebem críticas da sociedade. Informou que o ideal era haver vinte e oito mil policiais no Paraná, mas que há menos de dezessete mil em atividade. O problema, segundo ele, não é somente do Estado, já que, no Município, há pouco mais de cem Guardas Municipais e somente setenta podem atuar nas ruas. Na Secretaria Municipal de Educação, há cento e dezesseis escolas; sendo assim, se for atribuído um guarda municipal por instituição, haverá falta destes profissionais. Já no Paraná, há duas mil escolas particulares e duas mil e duzentas estaduais; sendo assim, se for atribuído um policial ou mais, para cada uma delas, seriam cinco mil policiais. Sendo assim, restariam doze mil policiais para cuidar de todo o Estado em seus trezentos e noventa e nove municípios. O vereador externou sua insatisfação, esclarecendo que também foi à Curitiba falar com o Governo do Estado sobre o tema, assim como o fez esta Comissão, e que a promessa de contratação de quinhentos policiais por ano não é suficiente, visto que oitocentos se aposentam anualmente. Em sua opinião, a criação de um novo Batalhão é importante, mas, ainda mais, é o aumento de efetivo. Relatou aos presentes que fora subordinado do Major Mildenberg, o qual admira e conhece o bom trabalho, mas ressaltou que, sem efetivo, não há como chegar a resultados ideais. Sobre os comentários de que o Plenário deveria estar, no momento, cheio de comerciantes e pais, ele destacou que os presentes representavam os que não puderam vir. Paulo Biazon lembrou que Maringá precisa reivindicar suas necessidades ao Governo do Estado, e não somente se atentar para os problemas de responsabilidade do Município, como faz muito bem. Continuou, informando ser a favor da educação em tempo integral e desejando que todos os colégios estaduais fossem modelo, como o Colégio Estadual de Curitiba, com piscina, quadras poliesportivas, oficinas de dança, língua estrangeira etc. Assim, ele concluiu que é necessária a educação de qualidade e isto deve ser percebido pelo Governo do Estado para que as cidades tenham um futuro melhor. Antes de terminar sua fala, informou que possui um projeto de karatê no contraturno escolar, que atende quase seiscentas crianças. Com a palavra, Major Mildenberg, Comandante do 4º Batalhão da Polícia Militar, disse estar ouvindo atentamente a todas as manifestações e pensando de que forma poderia fazer a melhor abordagem às questões apresentadas. Como Comandante do 4º Batalhão, ele comentou que poderia falar por muito tempo sobre as ações que seu Batalhão e a

Polícia Militar realizam na segurança pública. Relatou detalhes da operação planejada para coibir a onda de ataques nas escolas, a qual foi acompanhada pelos senhores Professor Barbieri, Secretária Municipal de Educação, Chefe do Núcleo Regional de Educação, e com envolvimento de todos os órgãos de segurança pública além da Polícia Militar: Guarda Municipal e delegacias da Polícia Civil. Explicou que foi montada força tarefa a qual uniu esforços para promover o policiamento com uma abrangência enorme. Segundo ele, em Maringá são duzentas e onze unidades escolares: cento e dezesseis escolas municipais, trinta e duas estaduais e sessenta e três particulares. Sobre o policiamento aplicado ao comércio da área central e nos bairros, o Major informou que esteve no centro na corrente data, e que estão em capacitação na escola de formação de praças mais de cento e vinte oito Policiais Militares destinados à segurança pública. Observou a preocupação de todos acerca do tema: policiais, vereadores, autoridades e sociedade civil e cidadãos presentes. Relatou ter sido professor e diretor do Colégio da Polícia Militar por quatro anos e entender a angústia que as professoras relataram no Plenário. Comentou que, no Colégio da Polícia Militar, os professores afirmavam que eram respeitados em sala de aula, sendo esta a maior alegria deles após trinta anos de magistério. Ele destacou que o problema não era a segurança pública, visto que esta era de qualidade, sendo a melhor do país. Disse que, ainda que falte efetivo, os profissionais de segurança vêm fazendo o melhor, assim como talvez o Governo do Estado também o faça. O problema, no entanto, é cultural, e, segundo ele, as pessoas não têm mais a mesma preocupação com a educação de seus filhos, e os professores são desacatados em sala de aula porque a instituição da família delega a responsabilidade de educar aos professores. Assim, de nada adianta falar de segurança pública na escola, como se fosse possível haver um policial em cada sala para que o professor possa exercer sua profissão com dignidade. O Comandante continuou, explicando que o policiamento existente é aplicado da melhor forma, estrategicamente e com planejamento. Na operação nas escolas, foram disponibilizados policiais de folga em escalas extras e sem remuneração para que houvesse um policial por escola. Citou a Professora Izabel Lopes, Chefe do Núcleo Regional de Educação, lembrando que ela atuara vinte e cinco anos na mesma escola, onde cobrava disciplina e o cumprimento da obrigação dos pais. Segundo ele, os pais e alunos requerem somente direitos, a legislação é falha, a política criminal é desfavorável e há falência das instituições. O papel dos deputados, em sua opinião, é importante para conseguir melhores investimentos para a região junto ao Estado. E este também é o papel dos vereadores. Ele destacou que o que cabe ao Executivo, incluindo a Polícia, é aplicar os investimentos da melhor forma possível. Ele comentou a fala de uma cidadã na corrente reunião pública, a qual indagava o que as autoridades estavam fazendo para mudar esse quadro de violência, respondendo que era o melhor possível. O Major Mildenberg alertou acerca da necessidade de políticas de saúde e antidrogas de forma nacional. Ainda que se dobre o efetivo policial na cidade, o mesmo problema de segurança pública ainda seria discutido, segundo ele. Porém, concordou com a necessidade de aumento do efetivo, ainda que, com isso, não deixariam de ocorrer furtos e outras situações, visto que há outras políticas públicas necessárias para resolver o problema. Informou que há escola da Polícia Militar sendo concluída, há investimentos suficientes em viaturas e há armamentos e equipamentos. Concordou com a fala do representante da OAB-Maringá, sobre a necessidade de se mudar a sociedade, e frisou que, ao longo dos anos, a situação piorou. Permitiu que os presentes se manifestassem com relação à sua fala. Enquanto isso, informou que os resultados e números da Polícia Militar são positivos, que a quantidade de prisões e apreensões são enormes todos os dias e que há batalhão nas fronteiras monitorando todas as formas de entrada de drogas no país. Concluiu, assim, que há algo que precisa ser modificado na sociedade além da repressão. Manifestou-se, a seguir, a senhora Silvana Pimentel. A cidadã disse que concorda com o Major, mas que, na condição de membro da sociedade, sabe que são necessárias mais medidas. Ela disse entender que os menores infratores não podem ser expulsos, mas frisou que a correção tem que ser mais rígida, a fim de evitar a reincidência. Sendo assim, ela solicitou a elaboração de uma política para resolver o tema, que deveria incluir punições mais severas. Em resposta, o Major Mildenberg mais uma vez destacou que a segurança pública em geral e escolar é um problema que não pode ser resolvido nesta Casa de Leis, e sim por meio de alterações na legislação federal. A mudança, segundo ele, deve vir do Congresso Nacional, lembrando que a legislação penal é completa, mas que a aplicação da pena deveria ser mais efetiva. Prisões e detenções são realizadas todos os dias, informou ele. Inclusive, comentou que é comum prender a mesma pessoa de três a quatro vezes por mês. Há reincidência porque o sistema é falho e as sanções são leves, inclusive no âmbito familiar. Com a palavra, o senhor Fúlvio Luís frisou que o punitivismo não era a solução. Assim como não era adequada a redução da maioridade penal. Ele esclareceu que a punição é a linha final da criminalidade, e que esta não se resolve com penas de morte ou perpétuas. O Conselheiro da OAB-Maringá destacou que é necessário amparar crianças no seio de formação intelectual e moral, que é a escola. Da campanha contra

a esmola, promovida pela ACIM, ele discordou, dizendo que os moradores em situação de rua têm de ser ressocializados e que deve haver equipes multidisciplinares que aprofundem o estudo do problema. Comentou também que as crianças precisam de atenção para que não sejam punidas no futuro. Se a única preocupação for o encarceramento, ele indagou o que seria das pessoas após cumprirem sua pena integralmente, sem incentivo para empresas empregarem egressos do sistema carcerário etc. Portanto, o senhor Fúlvio alertou para o fato de que estava sendo esquecida a causa do problema da violência. A senhora Silvana Pimentel, mais uma vez, disse que os infratores têm de temer uma punição severa, e isto deve começar pela família. Ela comentou que há somente sete psicólogos no município todo e que nenhum é direcionado para as escolas. Por fim, reivindicou a implantação de mais colégios militares. O Presidente da ACIM, em resposta ao representante da OAB-Maringá, esclareceu que a campanha promovida pela Associação, incluindo participação da OAB em várias reuniões, tem como tema “dar dinheiro não dá futuro, ajude uma entidade”. Assim, o objetivo é fortalecer as instituições e as pessoas preparadas que podem fazer uma triagem dos recursos e dos beneficiados. Além disso, a iniciativa privada também está disponível para contratar essas pessoas, pois será necessária mão-de-obra qualificada. O senhor Domingos Trevizan Filho, Chefe de Gabinete do Prefeito Municipal, relatou que, no país, toneladas de drogas adentram as fronteiras diariamente, armas chegam aos traficantes e famílias se desestruturam por problemas sociais que vêm de décadas. Nesse cenário, não se pode contaminar o ambiente escolar, em sua opinião. Informou que a Prefeitura Municipal investe na Guarda Municipal, compra viaturas e dá o melhor treinamento para seus guardas municipais. Comentou também que o Secretário de Segurança estava em Toledo mostrando como funcionava a central de monitoramento e reconhecimento facial de Maringá, que é referência e fora implantada com recursos do Município. Este sistema deveria ter como fim somente a vigilância dos próprios públicos, mas está sendo utilizado para atender a segurança pública. Ele frisou que foram investidos milhões de reais dos cofres do Município e que Maringá é privilegiada porque a sociedade civil organizada e a Polícia Militar também são referência. O senhor Domingos Trevizan explicou que Maringá tem os menores índices de criminalidade, que incluem furtos e arrombamentos, com poucos crimes violentos, e que estes bons resultados são oriundos do esforço de todos. Continuou, dizendo que é preciso buscar caminhos para solucionar os problemas atuais. Lembrou que a escola é lugar de educação, e não fortaleza nem prisão. Lá, os professores têm de receber os alunos com tranquilidade. Medidas drásticas de segurança, como guardas armados e portão eletrônico não iram resolver a origem do problema, assim como não é frutífera a cobrança única e irrestrita ao Comandante do Batalhão, aos vereadores ou ao Prefeito Municipal. Isto porque, segundo ele, a solução está na formação do ser humano. Por isso, informou que, em breve, todas as escolas teriam turno único integral. Aproveitou para comentar que, praticamente todas as crianças de Maringá, de zero a cinco anos já tinham vaga na creche, pois foram compradas vagas quando da impossibilidade de construção de novas unidades de educação diante da burocracia do poder público. Para a resolução dos problemas de segurança, é necessário buscar soluções criativas com toda a sociedade e ampliar o debate com a participação de todos, segundo o senhor Domingos Trevizan Filho. Para ele, a punição essencial e exclusiva não é a melhor medida. Também lembrou que o Município não tem histórico de violência como em outros lugares. Relatou que o Município contratara um agente de segurança para cada uma das cento e dezesseis escolas municipais, e que, na corrente data, o Tribunal de Contas de São Paulo decidira que os municípios não podem contratar segurança com os recursos do índice de investimento na educação. Assim, o recurso terá de sair da pavimentação das ruas, do esporte, do lazer, da saúde e da cultura, sendo que esta não é a solução. Os problemas relacionados à segurança têm origem no legislativo federal e o município estão sendo obrigados a lidar com as consequências. Para ele, a falta de colaboração dos demais entes está contaminando o ambiente municipal, fazendo com que haja desentendimento internamente. Buscar culpados, segundo o Chefe de Gabinete do Prefeito Municipal, não era a solução e poderia até ampliar o problema. Novamente com a palavra, o presidente da Assimar destacou que sua comunidade também faz um trabalho de excelência e de maneira voluntária contra a violência. Em sua opinião, é necessário o botão do pânico, pois a vida é o bem mais valioso tutelado pelo Estado. Assim, é preciso que haja pessoas com treinamento adequado para conter os possíveis crimes, além de rotinas de segurança nas escolas. Informou que quer colaborar com um plano de ação para o Município e o Estado. Relatou atuar como agente de segurança socioeducativo há dezessete anos no Centro de Socioeducação de Maringá, para onde vão os adolescentes que cometem atos infracionais graves. Concordeu que é importante a existência de programas de egressos, sistema de garantia de direitos, atuação do Conselho Tutelar etc. Frisou que o público presente na corrente reunião não deseja teorizar o problema da segurança pública, e sim receber um plano de ação. Sobre a campanha da ACIM contra as esmolas, ele disse ser favorável, pois este dinheiro faz com que as pessoas

criem estratégias de sobrevivência e possibilita o cometimento de delitos. Por fim, agradeceu a iniciativa da Comissão. Em seguida, uma aluna de um colégio estadual manifestou-se, dizendo que são leves as punições para os adolescentes infratores, e relatando que, em sua escola, alunos fazem uso de drogas nos corredores, nos banheiros e na sala de aula. Em sua opinião, deveria haver expulsão, e não apenas uma anotação como ocorre atualmente. Com a palavra, o Presidente da Comissão Extraordinária de Segurança Pública agradeceu a todos pela conversa qualificada, na qual opiniões divergentes foram colocadas, o que é salutar. O objetivo da Comissão era ouvir a comunidade antes de prestar as contas do que estão fazendo, a fim de analisar a correção de suas medidas. Os problemas relativos à segurança pública, detectados na corrente reunião, foram os seguintes, segundo ele: moradores de rua, invasão a escolas, insegurança nas unidades de saúde e no comércio, tráfico de drogas nos espaços públicos, indisciplina nas escolas, violência contra a mulher, crimes ambientais, furtos, roubos, violência nos bairros, guardas municipais restritos, receptação de objetos roubados, adolescentes viciados em drogas, traficantes em escolas e brigas dentro e fora de escolas. Já os pedidos ouvidos na reunião foram os seguintes: estabelecer ordem nas escolas, responsabilizar os pais, implantar dispositivo de segurança nas escolas e aumento de efetivo policial. Primeiramente, ele esclareceu que, dificilmente, será solucionado o aumento de efetivo policial, devido à estrutura dos serviços públicos em geral. Explicou também que existem medidas de segurança de curto, médio e longo prazo. Como o momento é de crise, medidas de curto prazo devem ser aplicadas. Comentou que a maior preocupação, atualmente, é a segurança nas escolas, e que a atenção das pessoas terá outro foco quando ocorrer outro tipo de problema. Esclareceu que a alteração da legislação penal cabe aos deputados federais, e não ao Município; assim como violência não é resolvida somente por meio da Polícia, em sua opinião. O vereador lembrou que quem produz os criminosos é a sociedade, e que a Polícia existe para conter uma situação que já foi criada pela sociedade: o crime. A prevenção, para ele, está na educação e no esporte; e a correção, no sistema penitenciário. Delegado Luiz Alves explicou que a repressão é necessária, mas que funciona somente a curto prazo. A longo prazo, é necessário investir em saúde mental e nas escolas, que devem ser tidas como ambientes de ordem. Relatou alguns casos de escolas em Ubatuba e Maringá, nas quais observou falta de respeito por parte dos estudantes. O vereador comentou que, nestes casos, é necessária a disciplina para que esta geração não se torne um problema. Sobre o risco de invasão a escolas, ele explicou que um risco tem que ser minimizado por meio de estratégia de inteligência, o que pode incluir muros altos, detectores de metais, interfone com câmera, repressão ao uso de drogas com políticas de saúde, educação em tempo integral, contratação de mais guardas municipais etc. Disponibilizar um policial para cada escola, em sua visão, não faz sentido, pois já há outros problemas de segurança pública a serem solucionados. Também destacou que a arma de fogo não deve ser demonizada porque é um instrumento de trabalho e não um agente de violência, visto que violentos são aqueles que se utilizam dela indevidamente. Tais discursos colocam a sociedade contra a Polícia e prejudicam o trabalho. Com a palavra, Belino Bravin Filho relatou que tinha sido acordado com o Comandante anterior da Polícia Militar sobre a disponibilização de viaturas novas para atender Floriano e Iguatemi. Em Floriano, para atender o aeroporto, a viatura iria transitar pelo Jardim Industrial e Parque Itaipu. No entanto, isto não está ocorrendo, segundo o vereador. Ele teceu alguns comentários sobre a necessidade de se auxiliar os moradores de rua e melhorar a educação de crianças e adolescentes. Afirmou que a Câmara faria o possível para a resolução do problema. Finalizando a reunião, o Delegado Luiz Alves disse que os vereadores e a Comissão Extraordinária de Segurança Pública estavam sempre à disposição para receber sugestões. Nada mais havendo a ser tratado, declarou-se encerrada a Reunião Pública às 21h40min, lavrando-se a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada pelos membros presentes. Segue, em anexo, a lista de presença (documento SEI n. 0294599). O conteúdo na íntegra da REUNIÃO PÚBLICA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE SEGURANÇA PÚBLICA foi registrado em meio audiovisual e todo conteúdo encontra-se disponível para acesso em <http://sapl.cmm.pr.gov.br:3001/comissao/reuniao/130>

DELEGADO LUIZ ALVES

Presidente da Comissão Extraordinária de Segurança Pública

CRISTIAN MAIA MANINHO

Vice-Presidente da Comissão Extraordinária de Segurança Pública

BELINO BRAVIN FILHO



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Claudio da Silva Alves, Vereador**, em 27/06/2023, às 11:27, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Belino Bravin Filho, Vereador**, em 27/06/2023, às 12:09, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Cristian Marcos Maia da Silva, Vereador**, em 28/06/2023, às 09:21, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.cmm.pr.gov.br/verifica> informando o código verificador **0294600** e o código CRC **E5857EB2**.